

# Deputados vão ao MP pela bolsa

Jorge Cardoso



As deputadas Maria José Maninha e Lúcia Carvalho (PT/DF) entregam ao procurador-geral Humberto Ulhoa a representação de sua bancada contra a extinção do atual programa

## O CANDIDATO PROMETEU ATÉ AMPLIAR

*"O programa Bolsa-Escola é um projeto que terá continuidade no meu governo, mas vamos adotar critérios diferentes dos que existem hoje. Um deles é o de não gastar milhões com propaganda, como vem acontecendo no governo do PT. Programa social que vise atenuar*

*o sofrimento dos menos favorecidos não pode ser objeto de publicidade e promoção pessoal. Vamos, portanto, dar continuidade à bolsa-escola e, se possível, ampliá-la, mas com responsabilidade".*

(Joaquim Roriz, em 26 de agosto de 1998, em resposta, no Correio, a uma pergunta de eleitor sobre a continuidade do programa Bolsa-Escola)

*"Não consigo entender por que um governador que deveria estar preocupado com o futuro das nossas crianças faz uma*

*coisa dessas. Corta programas importantes na educação, só porque fui eu que fiz. A idéia de mudar por mudar é coisa da velha política, de quem não se preocupa com as nossas famílias, com as nossas crianças. Eu sempre tive a maior preocupação com o ensino. E é com essa mesma preocupação, com esse mesmo cuidado, que eu vou tratar do ensino no meu governo. Vou continuar e dobrar o único programa do atual governador que está dando certo: a bolsa-escola".*

(Joaquim Roriz, em programa político durante o segundo turno das eleições, em outubro de 1998)

*"Todos aqueles (programas) que estão dando certo vão continuar. Não posso acabar com a bolsa-escola. O Saúde em Casa eu pretendo manter, mas vamos corrigir certas injustiças".*

(Joaquim Roriz, sobre programas do governo Cristovam Buarque, na primeira entrevista como governador eleito, em 26 de outubro de 1998)

## MEMÓRIA

cia do Programa, avaliações favoráveis de organismos internacionais, políticos e pesquisadores, além de recortes de matérias publicadas no Correio Braziliense sobre o assunto.

De acordo com os números apresentados ao Ministério Público, o índice de evasão entre alunos da bolsa-escola, em 1997, foi de 0,65% contra 6,8% dos alunos regulares. O índice de reprovação dos bolsistas também foi inferior: 7,9%, contra 16,2% dos alunos regulares. A avaliação favorável de or-

ganismos internacionais também reforça a posição da bancada do PT de que o Programa não pode acabar. "Em 1998, a Unesco, o Unicef e o Instituto Polis avaliaram o Programa e concluíram que a Bolsa-Escola melhora as condições de vida das famílias carentes, as condições de acesso à escola, a auto-estima e aumenta a esperança em um futuro melhor, evita o trabalho infantil e contribui para a geração de uma cultura escolar positiva", diz a representação assinada pelos cinco

distritais do PT que será encaminhada pelo procurador-geral à Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão. Dessa forma, o Ministério Público vai se pronunciar quanto à legalidade da medida anunciada pelo atual governo.

Mas Humberto Ulhoa esclarece que o governador tem o poder discricionário de estabelecer sua política de educação. A própria líder do PT reconhece que em termos práticos pouco pode ser feito pelo Ministério Público para assegurar

a permanência do programa Bolsa-Escola. "A ida ao Ministério Público é uma forma de acionar os órgãos competentes ao absurdo que este governo está promovendo contra a população do Distrito Federal", explica Maninha.

O chefe de gabinete da Procuradoria-Geral, promotor público Leonardo Gandarra, explica que se ficar constatado prejuízo à população do Distrito Federal, o Ministério Público pode recomendar a manutenção da bolsa-escola.